

A SOCIOLINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO E A DISCRIMINAÇÃO REVERSA

Carlos Eduardo de Oliveira LARA*

ABSTRACT: This article analyzes the new theories of applied sociolinguistics in Brazil. That is, it seeks to see if the sociolinguistic theories applied to education may be considered as examples of affirmative action policies. For this, questionnaires were conducted with professionals in the field of language and Portuguese language teachers, trying to see if they view this new movement as a political statement. Also, we discuss the similarities and differences between affirmative actions in general and affirmative actions in language.

KEYWORDS: reverse prejudice, positive discrimination, affirmative actions, sociolinguistics, applied sociolinguistics

1. Introdução

Atualmente, fala-se muito sobre ações afirmativas como um meio de equiparar ou erradicar desigualdades sociais. Políticas de cotas para estudantes negros e estudantes oriundos de escolas públicas em universidades públicas são exemplos dessas ações afirmativas.

As ações afirmativas, nomenclatura usual no Brasil e nos Estados Unidos, também são chamadas de discriminação/ preconceito reversa (o), discriminação/ preconceito benigna (o), discriminação/ preconceito positiva (o) e discriminação/ preconceito às avessas em outros lugares do mundo¹. A nomenclatura variada para o mesmo fenômeno também é vista na literatura nacional.

Esclarecendo isso, é necessário falar que o processo de preconceito às avessas (ação afirmativa) é também chamado de preconceito/ discriminação por justamente promover o favorecimento de determinado grupo em razão de um fator social discriminatório (que impede seu acesso com igualdade a um bem público), para que este usufrua deste bem com menos empecilhos. Sendo que, sem uma política afirmativa, o grupo discriminado socialmente talvez levasse anos para conseguir essa equiparação, talvez não a conseguisse ou talvez a conseguisse com um esforço bem maior do que aqueles que não estão incluídos dentro do fator discriminatório. Outro exemplo, além das políticas de cotas em universidades públicas, são as reservas de vagas para deficientes em concursos públicos ou empresas.

A sociolinguística aplicada ao ensino no Brasil faz um movimento semelhante ao militar em prol das variantes do português que não se aproximam de um padrão prestigiado. Essa militância se dá quando livros, artigos e pesquisas buscam mostrar e divulgar que não há nada de deficiente entre as diferentes variantes do português, e que no caso, a diferente valoração é estritamente extralingüística. Ou seja, a sociolinguística, objetiva através dessa

* Mestrando, Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ O “preconceito às avessas” é um termo usado para designar quando determinada classe que era então rejeitada passa agora, por defesa, a rejeitar quem a oprimia. Na literatura sociológica inglesa, esse fenômeno é conhecido como “reverse prejudice”, “reverse discrimination” ou “positive discrimination” (preconceito reverso, discriminação reversa ou discriminação positiva (benigna), literalmente). Pode-se também referir a interferências do estado para equiparar desigualdades sociais.

divulgação, esclarecer que não há razões linguísticas para que determinado grupo seja vítima de preconceito.

Assim sendo, este artigo procurou ver como esse trabalho que visa às ações afirmativas está instituído dentro das obras atuais de sociolinguística aplicada ao ensino, e se os profissionais da área de letras/ linguística já encaram todo esse trabalho como preconceito às avessas. Ainda, procurou-se analisar se os profissionais da área enxergam o movimento afirmativo como benéfico ou não.

Posto isso, analisou-se, através de entrevistas o que os profissionais pensam sobre essa nova postura que o ensino de LP tem assumido, se os mesmos concordam ou discordam e se acham benéfico e necessário esse movimento.

Também, analisou-se todo o movimento sociolinguístico desde seu surgimento na década de 60, nos Estados Unidos, até as suas aplicações ao ensino feitas no Brasil a partir da década de 90.

Por último, faz-se a união entre os diferentes objetos investigados: i) se a teoria sociolinguística atual encara seu trabalho como uma ação afirmativa, ii) a diferença entre a ação afirmativa promovida pela sociolinguística e outras ações afirmativas sociais e iii) se os profissionais da área já pensam no ensino de LP como uma ferramenta de promover um preconceito benigno.

2. Preconceito às avessas

Atualmente, o termo preconceito às avessas tem sido usado para categorias distintas. O fenômeno de superproteção dos oprimidos é altamente reconhecido em várias situações que geram segregação: etnia, classe, cor, orientação sexual etc, assim como a segregação linguística. Entre as teorias voltadas sobre o assunto, a discriminação reversa chega a ser defendida por muitos teóricos de sociologia e criticada por outros tanto. As ações afirmativas são exemplos de preconceito reverso, uma política de reserva de cotas para estudantes de determinada etnia em universidades brasileira é encarada como uma ação afirmativa, não importando se essa ação pode causar a ratificação de um preconceito. Em relação à terminologia, preconceito às avessas, discriminação positiva, discriminação benigna e preconceito reverso se referem todos ao mesmo fenômeno, só que enquanto o emprego do termo discriminação positiva parece ter uma carga mais aceitável, o termo preconceito às avessas parece se referir à uma ação menos aceitável.

Em relação ao preconceito às avessas (discriminação positiva), Alves (2005, p. 10) define:

Discriminar é favorecer ou prejudicar um indivíduo ou um grupo de indivíduos em relação a outros, com diferentes características. Discriminar positivamente (ação afirmativa) é favorecer um indivíduo ou um grupo de indivíduos, que à partida estariam em desvantagem, com o objectivo de chegar a um ponto de equilíbrio. É a esse ponto de equilíbrio, em que não há indivíduos ou grupos favorecidos, que chamamos sociedade igualitária.

E a discriminação positiva se aplica a qualquer forma de preconceito, inclusive o linguístico. Quando se afirma que as políticas de defesa às variedades menos prestigiadas do português brasileiro é uma espécie de preconceito reverso, isso pode ter tanto o viés positivo quanto o negativo. A pergunta mais interessante a se fazer nessa ocasião é: será que se deve encarar a segregação linguística como qualquer outra segregação existente por aí? Ou seja, será que assim como raça, sexo, orientação sexual etc. não precisam de um padrão de prestígio logo a língua também não precisaria?

É claro que o motivo gerador de preconceito para raça, sexo etc. é o fato de haver uma avaliação de prestígio sobre uma de suas desmembrações, hierarquizando assim, entre mais prestígio e mais estigma todas as partes que compõe a determinada categoria. Por exemplo, a categoria etnia teria uma avaliação subjetiva que aponta prestígio para quem pertence à etnia branca. E quando, toda sociedade luta para impor que não há um padrão de prestígio, não há uma etnia que ficará no topo da hierarquia sendo avaliada como prestígio.

Quando se transpõe isso à língua, o cenário muda drasticamente, pois mesmo entre os que defendem a valorização das variedades mais estigmatizadas, há a ideia de que a língua precisa de uma norma de prestígio. Qual seria a melhor política afirmativa para a categoria linguística: abrir mão de ter uma norma de prestígio e valorizar todas as variedades indiscriminadamente ou continuar com a norma de prestígio, só que ensinando que existem diferenças?

É uma situação muito complicada porque é difícil você abrir mão do preconceito sem ter que abrir mão de ter uma norma de prestígio. A princípio, em todas as outras categorias, a solução para o fim do preconceito é justamente destronar essa norma que causa hierarquização e segregação.

E o que a sociolinguística tenta fazer, hoje em dia, ao colocar suas ideias no ensino de LP nada mais é do que uma política afirmativa para valorização de uma grande faixa da população que era segregada, em inúmeros contextos, por se comunicar em uma variedade linguística que não é a de prestígio.

Clabaugh (2000, p. 1), professor da universidade LaSalle na Filadélfia, mostra não ver sentido em políticas afirmativas para características que são adquiridas por nascença. Ele divide as características humanas em dois grupos, as conquistadas (*achieved*) que as pessoas ganham no decorrer da vida e as atribuídas (*ascribed*) que são as que nascem com as pessoas. Um exemplo de característica conquistada é a escolaridade, e de característica atribuída é a etnia. A linguística se posicionaria onde? É conquistada ou atribuída? A variedade natural do indivíduo, aquela que ele primeiro adquiriu, é ainda assim conquistada?

Ele ainda diz que é extremamente cruel qualquer crítica relacionada às características atribuídas, haja visto, que a pessoa não tem nenhuma responsabilidade por ter nascido enquadrado em determinada categoria. Ou seja, não há razão em desvalorizar um negro por ser negro (característica atribuída) como se o padrão fosse ser branco.

Ascribed characteristics are traits one is born with and has done nothing to earn. Achieved characteristics are things earned through individual effort. Race, for instance, is an ascribed trait. It requires no individual effort, no pain, no strain, no striving; only that one be born to one set of parents rather than another. That is why it is so terribly unfair to discriminate against someone because of their race, gender, age, ethnicity, and so forth. Being held responsible for something one does not control is the height of injustice. In fact, this sort of thing is particularly loathsome because it runs so counter to what America, at its best, is all about. In this America no one is born to a life of inferiority. In this America you are judged by what you can do, not by what you can't control.

Clabaugh (2000, p. 1) ainda diz que é uma ratificação de preconceito criar políticas de afirmação sobre categorias atribuídas, uma forma de preconceito às avessas, afinal você usa racismo para combater racismo, sexismo para combater sexismo e assim por diante. Clabaugh (2000, p. 1) diz:

The strategy is to select people using the same acquired characteristics that originally brought disadvantage and, by giving them special consideration, turn

that acquired characteristic into a compensatory advantage. It is, in effect, using racism to combat racism, sexism to contest sexism.

E fica aqui a questão para a linguística: a sociolinguística usa o preconceito linguístico para combater o preconceito linguístico? Em outras palavras, existe o preconceito às avessas dentro da ideologia sociolinguística? E se houver, mesmo assim é uma política de afirmação necessária? Como organizar essa ação afirmativa sem abrir mão de um padrão? Muitas questões e poucas respostas, espera-se que com essa dissertação se tenha mais um pouco mais de luz sobre esses temas.

E partir da máxima que as pessoas acreditam que há preconceito às avessas em algumas obras de sociolinguística brasileira não seria entrar em um terreno movediço? Afinal, primeiro teria que se provar que essa máxima realmente está no imaginário de algumas pessoas, para depois pesquisar como isso foi espalhado (se houve brechas que permitiram essa propagação ou se realmente essa propagação tem sua razão de existir). Justamente por isso, serão feitas as pesquisas com profissionais da área, para ver se isso se confirma. Mas, antes disso, só através de uma pesquisa rápida na internet já podemos ver que esse pensamento talvez foi propagado.

Em um fórum de discussão sobre ensino de língua portuguesa de um site de relacionamentos, onde o tema era a pronúncia de palavras ditongadas, encontra-se essa frase:

Aliás, concordo com os colegas que acham preconceituosa a visão de que é "esnobismo" uma pronúncia diferente de [noys]. Preconceituosa e anticientífica, afinal todas as variedades lingüísticas são igualmente legítimas e válidas, como você sabe. Está havendo aqui preconceito às avessas, exatamente como ocorreu com o Bagno de *Preconceito lingüístico*: para defender a variedade não-padrão (o português popular, o português rural, etc.), ele acabou por achincalhar o português padrão, atitude essa nada científica, que atenta, inclusive, contra um postulado básico da Lingüística, qual seja, a atitude não-valorativa, não-prescritiva e não-proscritiva, mas sim descritiva e analítica².

Como se pode observar, o autor desse comentário, abertamente critica Marcos Bagno, um dos mais importantes sociolinguistas brasileiros, de cometer preconceito às avessas. Em um outro fórum de discussões sobre sociolinguística na internet, encontra-se:

O Bagno de *Preconceito lingüístico*, em nome de um discurso apaixonado e panfletário, produziu, na minha opinião (e não estou solicitando permissão para emitir esse juízo), um livro eivado de equívocos, a começar pelo fato de pretender combater o preconceito lingüístico contra a variedade popular, cometendo o preconceito contra a variedade padrão (o que já chamei aqui, em outras ocasiões, de "preconceito às avessas"). Portanto, é um livro pouco científico mesmo - torno a repetir³.

Esses foram apenas duas falas entre várias outras opiniões que corroboram com os trechos citados acima. É claro que não há nesses fóruns de site de relacionamento nenhuma lei que organize as discussões, como também é claro que as discussões tomadas ali não têm nenhum viés científico. No entanto, acho que essas passagens ilustram a suposição que a teoria sociolinguística pode ter gerado alguma espécie de preconceito às avessas. E se for

² A opinião foi expressa e publicada em um site de relacionamentos público, no entanto, não se cita o nome do autor visto que o texto foi escrito no anonimato.

³ Texto também protegido por anonimato.

preconceito às avessa, até que ponto é ruim ter esse tipo de preconceito e até que ponto é saudável e necessário?

3. Norma de Prestígio

Uma das discussões feitas no capítulo anterior sobre preconceito mostra que muita das categorias que têm segregação a possui justamente por haver nessas categorias uma norma que represente a avaliação prestigiada. Assim, o sexismo só ocorre porque há uma supervalorização do homem sobre a mulher (no caso de sociedades em que a mulher sofre preconceito justamente por ser mulher). Assim sendo, numa analogia bem genérica, o homem seria tomado como padrão de referência, a norma de prestígio e a mulher caberia o papel de uma variedade disso.

Só que com língua, a situação muda completamente de rumo. É claro que o que ocorre na segregação linguística nada mais é do que uma forma de preconceito, como já falado por várias teorias sociolinguísticas. Mas, essas mesmas teorias que defendem a igualdade linguística não abrem mão de uma norma de prestígio e de um ensino de LP que vise ao aluno angariá-la. É possível haver uma igualdade se essa norma de prestígio continuar existindo? A norma que justamente hierarquiza e segrega não deveria deixar de existir para que se concretize a igualdade linguística? E mais, seria possível viver sem uma norma de prestígio no caso da língua?

É uma situação extremamente complicada. Não se sabe quais seriam as afetações se não houvesse a existência de uma norma, muito provavelmente, não parece possível imaginar as pessoas parando de avaliar as variáveis linguísticas como prestígio ou estigma. Pois, só cancelando a avaliação, natural do ser humano, que se conseguiria acabar com a existência de uma norma.

Outra questão que se torna complicada, já que a teoria sociolinguística mostra claramente a necessidade de uma norma de prestígio, tanto que ela sempre ratifica que o alvo dela não é destronar a norma e sim, acabar com o preconceito entre as variedades que não estão incluídas dentro desse campo de prestígio. A princípio, a solução para amenizar e acabar com o preconceito seria através do ensino de LP e de conscientizações que todas as variedades possuem as mesmas capacidades comunicativas. E é aí que talvez entre as acusações de preconceito às avessas que a teoria sofre, pois um dos meios de reverter esse cenário seria ou valorizando o que hoje é desvalorizado ou o contrário, desvalorizando o que hoje é valorizado. E a suposta interpretação que a teoria desvalorize a norma de prestígio seria a causadora da acusação de preconceito às avessas, mesmo que ela não faça isso.

O conceito de norma é algo que precisa ser bem desenhado, dentro da teoria sociolinguística, há inúmeros conceitos que se assemelham e giram em torno do conceito norma. Entre esses estão: norma padrão, norma culta, língua padrão, variedade padrão, norma de prestígio etc. Em algumas literaturas, os conceitos se confundem, em outras há as definições realizadas em separado.

Nem sempre os limites sutis entre esses conceitos são compreendidos, e todos são postos no mesmo patamar. Na teoria de sociolinguística aplicada ao ensino, a ideia de culta, do conceito 'norma culta', é algo de muita discussão.

Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), na obra *O Português são dois*, explica sobre a ideia de cultura presente no termo 'norma culta', em comentário a respeito de um documento sobre ensino de língua:

(...) o entendimento de “cultura” é exclusivo, restringe-se apenas à cultura letrada das classes dominantes, posição teórica indefensável por qualquer antropologia

contemporânea e, na prática, indefensável para quem entende a democratização do saber e da cultura (...) como difusão dos saberes e das culturas das diversas camadas sociais e culturais que constituem a sociedade brasileira.

Acordando com essa ideia (já que o texto de Mattos e Silva (1986, compilado em (2004) é anterior ao texto de Faraco (2002)), Carlos Alberto Faraco (2002), em *Norma Padrão Brasileira* traz esta “confusão” como “..um emaranhado de pressupostos nem sempre claramente discerníveis.” Por exemplo, na nomenclatura o adjetivo 'culto' (de norma culta) pode trazer a ideia que os falantes não usuários desta norma são 'incultos', pela oposição *culta X inculta*. O autor mostra a necessidade de trabalhar com o qualificativo 'culto, estabelecendo o devido limite, assim, 'culto' deve se referir à cultura escrita, uma determinada dimensão do conceito de cultura, não se esquecendo que este termo foi criado pelos próprios falantes dessa norma, “... o que deixa transparecer aspectos da escala axiológica com que interpretam o mundo”. Faraco ainda atribui aos falantes da norma culta a responsabilidade pelo processo de consagração das normas sociais através de unificações e estabilizações, “buscando neutralizar a variação e controlar a mudança”. A esta norma 'estabilizada', dá-se o nome de norma-padrão ou língua-padrão. Eis a diferença entre norma culta e norma padrão.

A partir do momento em que se encara a sociedade como um todo, parece complicado atribuir apenas aos falantes da norma culta a responsabilidade pelas consagrações das normas e a tentativa de fixar padrões.

É necessária a definição do conceito de norma, aqui, para esclarecer que este artigo, quando se posiciona a respeito de norma, se preocupará com a 'norma de prestígio', então, com a norma pertencente à cultura letrada. E não com a norma padrão que toma como certo o “... conteúdo dos compêndios gramaticais excessivamente conservadores” (FARACO, 2002, p. 58). Logo, o conceito de avaliação (objeto deste trabalho) ao se referir à consagração de normas, referir-se-á à norma de prestígio. Toda vez que se falar em norma de prestígio, será àquela norma que os falantes avaliam positivamente.

4. Metodologia

Os questionários foram elaborados com o intuito de conseguir medir de que forma os profissionais da área de linguagem enxergam as mudanças recentes dentro do processo ensino-aprendizagem em LP. Como o objetivo do questionário não é nada exato, pelo contrário, é um objetivo que desprende certo grau de subjetividade, o questionário foi elaborado e reelaborado algumas vezes. Esse processo de elaboração de um questionário definitivo sofreu interferências construtivas dos próprios entrevistados numa primeira ocasião. O questionário definitivo encontra-se em anexo.

O objetivo central do questionário era analisar como os profissionais agregam as recentes mudanças do ensino de LP dentro de suas aulas e/ ou ideologia científica. Mais diretamente, buscou-se ver se os entrevistados tenderiam para três pontos distintos:

a) Se eles se inclinariam mais a um ensino de LP no qual o padrão prestigiado deve ocupar todo o espaço das aulas (manutenção do prestígio (MP));

b) Se haveria uma certa dosagem entre o padrão de prestígio e a inclusão das variantes não prestigiadas no espaço escolar, sem, no entanto, deixar de ensinar uma norma de prestígio (postura imparcial (PI)), ou;

c) Se partiriam para um terceiro lado, no qual, tem-se uma defesa a todas as variantes com o intuito de uma equiparação linguística onde se derruba o padrão de prestígio das aulas (erradicação do prestígio (EP)) (ou das atividades propostas pelo questionário).

O questionário sugeriu cinco atividades dentro das aulas de LP e pediu para que os entrevistados marcassem a alternativa que correspondesse mais ao seu perfil como professor. É avisado no questionário, para que o entrevistado marque a alternativa que mais se assemelha com o seu perfil, visto que por não ser um questionário exato, não seria possível pedir para que os mesmos marcassem a alternativa que o representaria com legitimidade.

Na frente das 5 atividades sugeridas pelo questionário (anexo) estão as legendas MP (manutenção do prestígio), PI (postura imparcial) ou EP (erradicação do prestígio), indicando qual visão cada resposta pretendia.

5. Resultados

Como foi explicado anteriormente, os questionários objetivavam analisar se os profissionais da área de linguagem (alunos de letras, linguística e professores de LP) encaram que é necessário mudar o ensino de LP a fim de tentar acabar ou diminuir o preconceito linguístico. Foram 27 informantes, dos quais 13 cursavam a disciplina de sociolinguística na pós-graduação e 14 cursavam a disciplina de sociolinguística na graduação.

Os questionários traziam 5 questões objetivas, cada questão possuía 3 alternativas. Os informantes deveriam marcar a alternativa que mais se aproximasse de sua ideologia em relação ao ensino de LP. As 3 alternativas de cada questão abordaram 3 ideologias distintas: i) a manutenção do prestígio como foco nas aulas de LP, ii) a aplicação de estudos mais amplos, nos quais tanto as variantes não prestigiadas quanto a norma de prestígio ganham espaço nas aulas de LP (sem, todavia, abrir mão da norma) e iii) a anulação da norma de prestígio e a eleição de todas as variantes do português como válidas em todos os contextos, sinalizando um possível fim ou atenuação do preconceito linguístico.

Para otimizar cada uma das três argumentações, foram criadas três legendas correspondentes: i) manutenção do prestígio (MP), ii) postura imparcial (PI) e iii) erradicação do prestígio (EP).

Primeiro, mostra-se o gráfico total de respostas das 5 questões por cada ideologia.



Fig 1 – Totalidade de informantes

Foram 27 informantes para 5 questões, ou seja, $(27 \times 5 = 135)$ 135 respostas possíveis. Entre as 135 respostas, 96 assinalaram a alternativa correspondente a uma postura imparcial (PI), 19 assinalaram a alternativa correspondente à erradicação do prestígio (EP) e

15 marcaram a alternativa referente à manutenção do prestígio (MP). Esclarece-se que 5 questões, entre as 135, não foram respondidas no cômputo total.

Faz-se necessário esclarecer que a postura escolhida pelo informante ao responder a questão não precisa necessariamente corresponder a sua ideologia geral, mas só em relação à atividade proposta na questão. Lembra-se, também, que as atividades são de diferentes naturezas.

5.1. Respostas divididas por escolaridade

A diferença de respostas entre a pós-graduação e a graduação foi pequena. Na pós-graduação, houve 41 respostas sinalizando uma PI, 10 respostas sinalizando EP e 9 respostas para a MP. As 5 abstenções foram todas realizadas pelos informantes da pós-graduação.

Na graduação, foram 55 respostas para PI, 5 para EP e 9 para MP. A diferença entre os dois níveis de ensino foi pequena, porém, ressalta-se que a pós-graduação tendeu mais para as questões que sinalizam uma erradicação do preconceito através da queda da norma de prestígio, enquanto a graduação menos (5 para 10 questões).

A diferença entre os dois níveis está representada nos gráficos abaixo:



Fig. 2 – Informantes da pós-graduação



Fig. 3 – Informantes da graduação

6. Considerações Finais

Analisando os resultados, percebe-se que a diferença entre os alunos do curso de graduação em Letras e os alunos da pós-graduação em linguística é irrisória. Em geral, todos eles adotam ou estimam adotar uma prática educativa na qual há uma conscientização a respeito das diferentes variantes do português, sem, contudo, abrir mão de uma norma de prestígio.

Foram raros os casos de alunos que marcaram a opção correspondente à anulação de uma norma de prestígio, e quando marcaram, marcaram em uma ou outra atividade. Assim como, foi menor o número de pessoas que defenderam a norma de prestígio como única dentro das aulas de LP.

Diante desse quadro, vê-se que a opção preferida é aquela que seleciona ao mesmo tempo um ensino de LP que não abre mão da norma de prestígio e ainda assim seja capaz de formar jovens conscientes para a diminuição e/ou erradicação do preconceito.

Questiona-se: é possível uma ideologia que admite a convivência de duas ideias antagônicas dar certo? Ou seja, é possível ir contra o preconceito linguístico sem deixar de abraçar um padrão de prestígio?

Anexos

Questionário aplicado para alunos dos cursos de graduação em letras e pós-graduação em linguística

1) Considere a frase “Nóis vai pra casa”. Em um contexto escolar, se um professor de Língua portuguesa escuta um de seus alunos produzir a frase acima, qual deveria ser sua reação?

- A) **(EP)** Ele deve aproveitar a frase e explicar a seus alunos o paradigma verbal do presente do indicativo. Afinal, a frase possui o mesmo valor semântico que a construção referente à norma culta “Nós vamos para a casa”. A norma culta e as variantes devem possuir espaços **semelhantes** nas aulas de LP. A existência da norma culta impede que as variantes mais estigmatizadas deixem de possuir estigma.
- B) **(PI)** Ele deve se apropriar da frase e explicar seu uso e em quais contextos ela ocorre. Deve mostrar aos seus alunos que contextos de maior formalidade requerem outras construções. O professor de LP deve oferecer condições para que seus alunos desenvolvam a capacidade de comunicar-se em diferentes contextos (dos mais formais aos mais informais).
- C) **(MP)** Ele deve aproveitar a frase e explicar seu uso indevido. Ele não deve se esquecer de que o espaço escolar visa à aquisição da norma culta, já que a variante trazida pelo aluno já está por ele adquirida.

2) Se durante uma apresentação de um seminário, a equipe ‘X’ faz sua apresentação sem “desviar” da norma culta, enquanto a equipe ‘Y’ utiliza uma norma menos prestigiada para a mesma apresentação, qual deve ser a reação do professor?

- A) **(MP)** Ele deve parabenizar a equipe X, pois um seminário é um gênero científico oral que requer formalidade. É imprescindível o uso da norma culta em contextos que requerem formalidade.
- B) **(PI)** Ele não deve comentar o desempenho lingüístico dos integrantes, atendo-se apenas ao conteúdo expressado pelas equipes. Ao comentar o desempenho positivo de um grupo (diante de outro grupo que usou alguma variante menos prestigiada), ele corre o risco de criar uma situação de preconceito lingüístico.

- C) **(EP)** *Ele deve parabenizar a equipe Y, que usou sua variante natural sem ter vergonha disso. O primeiro passo para o fim do preconceito é afirmar sua variante em todos os contextos. Só assim, aos poucos, todas as variantes do português terão o mesmo valor.*

3) Se um professor de LP do ensino fundamental solicita uma dissertação sobre o meio-ambiente, e um dos alunos realiza construções como “A gente gostamos de preservação”, qual atitude o professor deve tomar?

- A) **(MP)** *Ele deve corrigir a construção do aluno e ensinar-lhe que as construções cabíveis são: “Nós gostamos de preservação” ou “A gente gosta de preservação”.*
B) **(EP)** *Ele deve parabenizar o aluno pela ousadia em escrever uma construção menos valorizada em um trabalho escolar. Afinal, é através de afirmações como estas que se busca o fim do preconceito linguístico.*
C) **(PI)** *Ele deve utilizar a frase do aluno como exemplo de uso estilístico inapropriado, ou seja, deve dizer que existem contextos possíveis para cada uma das construções.*

4) Um amigo seu está ensaiando a defesa da monografia, e você nota que ele realiza a construção “Tu vê” durante o ensaio. Como você reagiria?

- A) **(MP)** *Diria para ele usar a flexão canônica do pronome ‘Tu’ ou a utilização do “Você vê”, pois a defesa de monografia é um gênero oral científico que requer formalidade e isso implica no uso de formas mais prestigiadas da LP.*
B) **(PI)** *Diria para ele usar, pelo menos por agora, a flexão canônica do pronome ‘Tu’ ou a utilização do “Você vê”, pois a defesa de monografia é um gênero oral científico que requer formalidade e isso implica no uso de formas mais prestigiadas da LP. Mas, explicaria a ele que há uma tendência para que os diferentes gêneros tenham futuramente mais permissividade, devido à luta contra o preconceito linguístico, e que logo qualquer pessoa dirá qualquer frase em qualquer contexto sem correr o risco de ser avaliada linguisticamente.*
C) **(EP)** *Encorajá-lo-ia, pois só se vence o preconceito linguístico quebrando as barreiras que o produzem. O afrouxamento da formalidade linguística de uma defesa de monografia é uma prova que o preconceito linguístico das pessoas tem decaído e sinaliza a quebra de uma barreira. Afinal, a manutenção de formalidade em alguns contextos só faz aumentar o abismo entre prestígio e estigma linguístico.*

5) Um professor de português pede para os alunos criarem um teatro tendo como base as histórias do personagem Chico Bento, e os alunos reproduzem as mesmas construções do personagem. Qual deve ser a intervenção do professor?

- A) **(PI)** *Ele deve utilizar o teatro para explicar a variação linguística brasileira, ressaltando que uma parcela grande da população fala como o Chico Bento. Assim, ele deve orientar seus alunos para que não cometam preconceito linguístico, mostrando a naturalidade do processo variacional, no entanto, ressaltando que a norma de prestígio é essencial em vários outros contextos.*
B) **(MP)** *Ele deve utilizar o teatro para explicar que uma parcela grande da população fala “errado” como o Chico Bento. Assim, ele deve orientar seus alunos para que não usem variantes como as do personagem para que possam ascender socialmente.*
C) **(EP)** *Ele deve utilizar o teatro para explicar a variação linguística brasileira, ressaltando que uma parcela grande da população fala como o Chico Bento. Assim, ele deve orientar seus alunos para que não cometam preconceito linguístico, mostrando a naturalidade do processo variacional. Além do mais, ele deve parabenizar os alunos pela opção de usar a variante*

estigmatizada, explicando que estas afirmações visam ao ideal de igualdade de valor para as diferentes variantes. O preconceito linguístico só acabará quando não houver mais uma diferenciação de valores.

Referências

- ALVES, C. A. D. A discriminação positiva é o meio mais justo para atingir um sociedade igualitária? Portugal, Didactica Editora, 2005
- BAGNO, M. (Org.) *linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2^a ed., 2004
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna – A sociolinguística na sala de aula*. São Paulo Parábola Editorial, 2004.
- CLABAUGH, Gary K. Positive Discrimination. Educational Horizons Spring, 2000
Disponível em: www.newfoundations.com/Clabaugh/CuttingEdge/PositiveDiscrimination
- FARACO, C. A. *Norma Padrão Brasileira*. In: Linguística da Norma. São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- MATTOS E SILVA, R. V. “*O Português são dois...*”: *novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SAVILLE-TROIKE, M. *The Ethnography of Communication*. Oxford, England Blackwell Plubishers: Oxford & Cambridge. Second Edition, 1989.
- WEINREICH, U. LABOV, W. HERZOG, M.I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (1968) Tradução: Marcos Bagno. Revisão Técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.